

CORREIO DE CAMPINAS

POR
RAQUEL VALLI

Câmara Municipal de Campinas



Proposta é da vereadora Debora Palermo (PL-SP)

Divulgação dos compromissos oficiais do Poder Executivo

Um projeto de lei protocolado na Câmara de Campinas propõe transparência nas agendas do Poder Executivo Municipal. Determina que todos os compromissos oficiais do prefeito, dos secretários e dos dirigentes dos órgãos da administração direta e indireta do município sejam divulgados publicamente nos sites eletrônicos dos respectivos órgãos, preferencialmente com atualização diária. "Todos os atos praticados pelos administradores públicos devem ser transparentes, visto que, como representantes da população, devem prestar contas de seus atos, que sempre devem estar voltados ao interesse público", declara a vereadora Debora Palermo (PL-SP), autora da proposta.

Servidor público efetivo

Ademais, o projeto determina que cada reunião com empresas que firmaram contrato ou que manifestam interesse em contratar a Administração municipal exige a participação de funcionário do quadro de carreira - ou seja, que não tenha ingressado por meio de indicação política. A medida busca assegurar a lisura dos encontros e reforçar o caráter coletivo e benéfico das atividades administrativas.

Álvaro Jr.



36ª Reunião Ordinária deste ano na Câmara Municipal

Transparência no Legislativo

A parlamentar salienta que a proposta se baseia no modelo adotado pela Câmara Municipal. No período em que exerceu a presidência do Legislativo, em 2022, a vereadora instituiu a publicação dos compromissos oficiais da gestão, iniciativa que expandiu o acesso público aos atos da Casa. Na justificativa, Palermo destaca o Princípio da Publicidade, previsto no artigo 37 da Constituição Federal, como fundamento da proposta, já que, por meio da medida, será possível aos cidadãos acompanhar os compromissos e reuniões de representantes.

Agenda das autoridades

O projeto de lei que obriga a publicidade das agendas das autoridades de Campinas segue em tramitação nas comissões permanentes antes de ser votado em plenário pelos vereadores. A iniciativa reforça o controle social sobre a gestão pública ao detalhar inclusive os horários e os participantes de cada audiência realizada na prefeitura.

PINGA-FOGO

Ausência ilustre

A ausência do prefeito Dário Saadi (Republicanos-SP) foi sentida esta semana no Legislativo. Analistas políticos esperavam que o chefe do Executivo se apresentasse voluntariamente para dar explicações na audiência da Frente Parlamentar de Acompanhamento da Licitação do Transporte Público da Câmara.

Arroz de festa

Saadi não foi convocado, mas sendo homem midiático, que divulga os feitos da prefeitura, deveria fazê-lo também em relação às polêmicas, sobretudo para eliminá-las. Por que não expressar-se agora, deixando a questão só ao secretário de transporte Fernando de Caires e o presidente da Emdec Vinicius Riverete?

Accountability

"Ainda que o chefe do Executivo possua ampla base de apoio entre os vereadores, tal circunstância não afasta o dever de prestar contas e esclarecer os fatos perante o Legislativo e a sociedade", afirma o analista político José Afonso da Costa Bittencourt, economista e ex-secretário de Desenvolvimento Econômico.

Imperativo republicano

"Cumprir destacar que o prefeito encaminhou e obteve aprovação de legislação que prorrogou por mais 2 anos o vigente contrato com as empresas do transporte coletivo municipal, levantando dúvidas quanto à sua conveniência, oportunidade e motivação administrativa", complementa Bittencourt.

Devida transparência

"Diante desse cenário, é fundamental que o prefeito apresente informações detalhadas, justifique os atos praticados e esclareça todos os pontos que suscitam dúvidas e preocupações da população, em observância aos princípios da transparência, moralidade, eficiência e interesse público que regem a Administração Pública, diz.

Locus ideal

Em relação à Câmara, o analista pontua ainda que "como legítima Casa do Povo e órgão responsável pela fiscalização dos atos do Poder Executivo, constitui o foro adequado para a discussão transparente e democrática do tema de relevante interesse público".



Vereador Hosrri voltou a criticar a saidinha de presos

Crimes na saidinha de presos de Campinas

Houve homicídio e clonagem de moto já no primeiro dia

Raquel Valli

A saída temporária de detentos de junho começou na terça-feira (16), e o Complexo Campinas-Hortolândia registrou um homicídio e a adulteração de uma moto logo no primeiro dia. Para o vereador Nelson Hosrri (PSD-SP), de Campinas, "o fim da saída temporária é a única atitude em respeito às vítimas". Ainda de acordo com o parlamentar, "a sociedade não aguenta mais privilégios para criminosos".

Hosrri pontua que "o desenvolvimento do país depende do fim da impunidade", argumentando que "a população se tornou vítima e permanece trancada em casa com medo de frequentar as ruas", invalidando o conceito de segurança pública.

Os crimes

O primeiro ocorreu na Rua Maria Rodrigues Ferreira, no Jardim Sumarezinho, em Hortolândia, onde um detento de 30 anos, que cumpria pena no Centro de Progressão Penitenciária Professor Ataliba Nogueira em Campinas, foi morto a tiros na frente da casa da família por um ocupante de um veículo branco que desceu do carro, perguntou pelo presidiário e disparou com uma pistola. Pelo menos quatro tiros o atingiram. A morte foi constatada no local pelo Samu. Policiais civis e militares isolaram a área, e a Científica recolheu cápsulas na via. O corpo foi recolhido por uma funerária ao

IML de Americana para exames necroscópicos, e a Polícia Civil de Hortolândia apura a autoria e a motivação do assassinato.

Já o segundo crime, foi constatado na Avenida Tarsila do Amaral, no Jardim Amanda, em Hortolândia, onde policiais militares abordaram um motociclista de 43 anos em atitude suspeita. Nada ilícito foi encontrado, mas a vistoria veicular constatou adulteração no motor e no chassi da moto. Consultas da polícia encontraram uma outra moto, com dados idênticos, no pátio de Campinas desde 2025, configurando a clonagem. O condutor foi preso em flagrante por adulteração e reencaminhado à prisão.

Números e critérios

A saída é para o regime semiaberto e termina em 22 de junho. No Complexo Penitenciário Campinas-Hortolândia e no Centro de Ressocialização (CR) de Sumaré beneficia de 3.500 a 3.800 detentos. A estimativa é porque a lista final muda até o último minuto. Em março, liberou 3.020 detentos; em dezembro de 2025 e janeiro de 2026, 3.289.

Como os dados das unidades prisionais e do Judiciário vão sendo consolidados, o número exato só é confirmado após a saída dos presos. Descumprir regras ou não retornar gera perda do benefício e pode levar a sanções. O detento precisa ter bom comportamento, mas uma falta disciplinar recente ou uma decisão judicial de última hora pode cassar o benefício.